

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

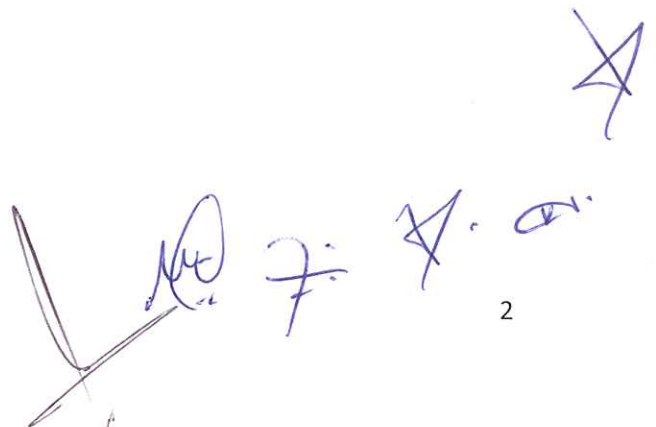
Florianópolis, 31 de dezembro de 2018.

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO		Exercício	Exercício	PASSIVO		Exercício	Exercício
Notas		2018	2017	Notas		2018	2017
DISPONÍVEL		<u>1</u>	<u>0</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	Nota 7	<u>885</u>	<u>893</u>
REALIZÁVEL	Nota 3	<u>5.411</u>	<u>1.885</u>	Gestão Previdencial		63	11
Gestão Previdencial		9	-	Gestão Administrativa		822	882
Gestão Administrativa		5	4	PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>4.669</u>	<u>1.116</u>
Investimentos	Nota 5	5.397	1.881	Patrimônio de cobertura dos plano		4.519	984
Fundos de Investimentos		<u>5.397</u>	<u>1.881</u>	Provisões Matemáticas	Nota 8	4.511	962
				Benefícios a Conceder		4.511	962
PERMANENTE	Nota 6	<u>142</u>	<u>124</u>	Equilíbrio Técnico		8	22
Imobilizado		142	124	Resultados Realizados		8	22
				Superávit Técnico Acumulado		8	22
TOTAL DO ATIVO		5.554	2.009	Fundos		150	132
				Fundos Administrativos	Nota 9	150	132
				TOTAL DO PASSIVO		5.554	2.009

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.



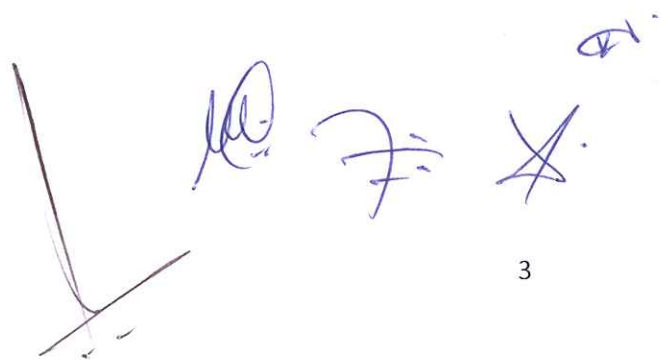
2

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS (Consolidado)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação %
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.116	6	18499%
1. Adições	6.326	3.579	77%
(+) Contribuições Previdenciais	3.456	963	259%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	155	21	635%
(+) Receitas Administrativas	2.715	2.551	6%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	44	-100%
2. Destinações	(2.773)	(2.469)	12%
(-) Benefícios	(76)	-	-
(-) Despesas Administrativas	(2.664)	(2.469)	8%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(33)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	3.553	1.110	220%
(+/-) Provisões Matemáticas	3.549	1.110	220%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(14)	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	18	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	4.669	1.116	318%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	984	-	100%
1. Adições	3.611	985	267%
(+) Contribuições	3.456	964	259%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	155	21	635%
2. Destinações	(76)	(1)	7660%
(-) Benefícios	(76)	-	-
(-) Custeio Administrativo	-	(1)	-100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.535	984	259%
(+/-) Provisões Matemáticas	3.549	962	269%
(+/-) Superavit técnico do exercício	(14)	22	-163%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	4.519	984	359%
C) Fundos não Previdenciais	150	132	14%
(+/-) Fundo Administrativo	150	132	14%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

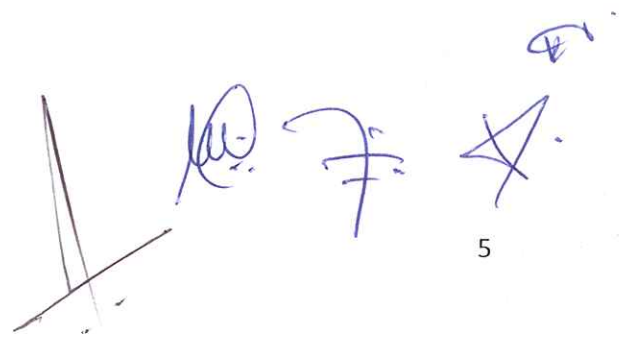


**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO SCPREV**

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	4.732	1.128	320%
Recebível	159	132	20%
Investimento	4.573	995	360%
2. Obrigações	(63)	(11)	473%
Operacional	(63)	(11)	473%
3. Fundos Não Previdenciais	(150)	(132)	14%
Fundo Administrativo	(150)	(132)	14%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	4.519	985	359%
Provisões Matemáticas	4.511	962	369%
Superávit/Déficit Técnico	8	22	-63%
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado	8	22	-63%
Equilíbrio técnico	8	22	-63%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

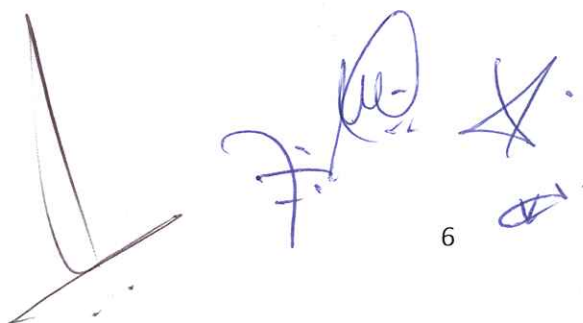


V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	132	6	2070,75%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.715	2.595	5%
1.1. Receitas	2.715	2.595	5%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	1	-100%
Custeio Administrativo dos investimentos	15	2	744%
Receitas Diretas	14	3	395%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	44	-100%
Outras receitas	2.686	2.545	6%
2. Despesas Administrativas	(2.664)	(2.469)	8%
2.1. Administração Previdencial	(1.968)	(1.823)	8%
Pessoal e encargos	(1.489)	(1.377)	8%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(7)	(14)	-50%
Viagens e estadias	(18)	(18)	0%
Serviços de terceiros	(190)	(130)	46%
Despesas gerais	(111)	(157)	-29%
Depreciações	(21)	(6)	250%
Tributos	(132)	(121)	9%
2.2. Administração dos Investimentos	(696)	(646)	8%
Pessoal e encargos	(565)	(523)	8%
Treinamento/congressos e seminários	(3)	(5)	-44%
Viagens e estadias	(6)	(7)	-10%
Serviços de terceiros	(72)	(49)	46%
Despesas gerais	(42)	(60)	-30%
Depreciações e amortizações	(8)	(2)	256%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(33)	-	100%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-5)	18	126	-86%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	18	126	-86%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	150	132	14%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

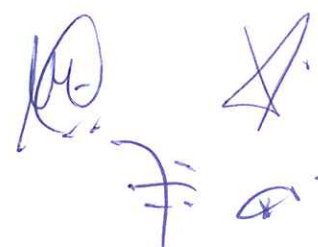
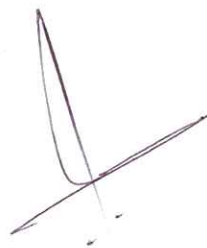


**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE
BENEFÍCIOS
PLANO SCPREV**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Valores em R\$ mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	4.582	996	360%
1.Provisões Matemáticas	4.511	962	369%
1.2.Benefício a Conceder	4.511	962	369%
Contribuição Definida	3.901	867	350%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	1.653	315	424%
Saldo de contas - parcela participantes	2.248	552	307%
Benefício Definido	610	95	541%
2.Equilíbrio Técnico	8	22	-64%
2.1.Resultados Realizados	8	22	-64%
Superávit técnico acumulado	8	22	-64%
Reserva de contingência	8	19	-58%
Reserva para revisão de plano	0	3	-100%
3. Exigível Operacional	63	11	476%
3.1. Gestão Previdencial	63	11	476%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV, instituída pela Lei Complementar nº 661, de 02/12/2015 (publicada no DOE nº 20.197, de 03/12/2015), e criada pelo DECRETO nº 553 de 18/12/2015 (publicada no DOE nº 20.209, de 31/12/2015), aprovada sua constituição e autorizado seu funcionamento por meio da Portaria nº 141, de 31/03/2016 da Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – DITEC/PREVIC (publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 01/04/2016), é uma entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Fazenda, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Subsecretaria de Gestão da Previdência e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, bem como de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A SCPREV é organizada sob a forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina. Tem como finalidade administrar e executar plano de benefícios de caráter previdenciário complementar, estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos das Leis Complementares federais nos 108 e 109, ambas de 29/05/2001.

A estrutura organizacional da SCPREV é constituída pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas composições e responsabilidades estão definidas em seu Estatuto, observado o disposto nos arts. 8º a 23º da Lei Complementar Federal nº 108, de 2001.

A SCPREV atualmente administra um único plano previdenciário, Plano de Benefícios de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, denominado PLANO SCPREV, o qual foi aprovado pela Portaria nº 29, de 29/09/2016 da Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – DITEC/PREVIC (publicada no Diário Oficial da União nº 189, 30/09/2016), inscrito sob o nº 2016.0015-18 no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB.

Os recursos de que a SCPREV administra, para o cumprimento de seus objetivos, são constituídos por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições. As aplicações financeiras obedecem as regras fixadas pela

Resolução CMN nº 4661, de 25/05/2018, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2018, e suas alterações.

Para a SCPREV iniciar suas atividades, está sendo realizado aportes mensais de recursos pelo Patrocinador sob a forma de adiantamento de contribuições futuras, com o objetivo de atender destinados à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco. A compensação dos referidos aportes será disciplinada por ato do chefe do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias do Plano de Gestão Administrativa da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.

A SCPREV aplica os recursos dos aportes mensais de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

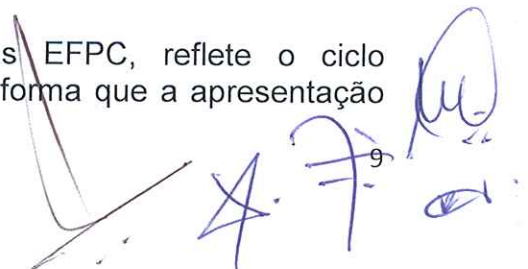
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis.

São observadas as seguintes normas:

Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a qual revogou a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, mas manteve os Anexos A – Planificação Contábil Padrão e B – Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2018; Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Instruções MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, nº 6, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015, nº 25, de 17 de dezembro de 2015, e Instrução Previc/DC nº 10, de 27 de setembro de 2017; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC, reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades, de forma que a apresentação



de ativos e passivos, observadas as gestões previdências, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que, comparativamente, a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos demonstra além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

I - Gestão Previdencial: registra e controla as contribuições, benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autoprocínio.

II - Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios.

III - Investimentos: registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Conforme determinado no artigo 2º da Instrução nº 25, de 17 de dezembro de 2015, os modelos das demonstrações contábeis, consolidadas e por planos a serem elaboradas pelas EFPC e encaminhadas à PREVIC, são os seguintes, referentes ao exercício social:

I - Balanço Patrimonial - Consolidado comparativo com o exercício anterior;

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS - Consolidada comparativa com o exercício anterior;

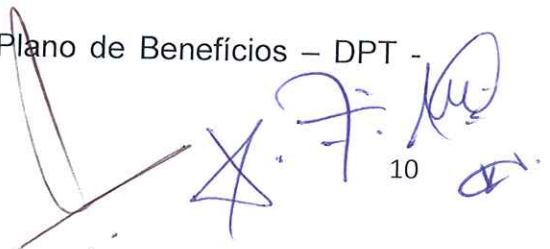
III - Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL - comparativa com exercício anterior;

IV - Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL - comparativa com exercício anterior;

V - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - (consolidada) comparativa com o exercício anterior;

VI – Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA – (Facultativa) - comparativa com o exercício anterior;

VII - Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT - comparativa com exercício anterior.


10

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir:

a) Ativo Realizável

I - Gestão Previdencial: representa os recursos a receber do Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, e registrado pelo regime de caixa, conforme determina o art.10 Normas Gerais da Resolução nº 29 de 13/04/2018.

II - Gestão Administrativa: representa os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos, e também as sobras de Recursos do PGA que compõe o Fundo Administrativo.

III - Investimentos: regido pelas diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados em consonância com a legislação em vigor.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece a mensuração do valor justo.

Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

CUSTEIO – O Custeio do PLANO SCPREV determina que os Participantes ao aderirem ao Plano, possam escolher a alíquota de contribuição, incidente sobre o salário de participação, observado o percentual mínimo definido no referido plano de custeio e na legislação estadual. Essas contribuições serão destinadas as contas específicas conforme regulamento do Plano.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTO

A gestão dos ativos financeiros da entidade tem como objetivo buscar os resultados necessários de forma a cumprir suas obrigações previdenciárias e operacionais. A composição patrimonial da carteira de investimentos em 31 de dezembro 2018 e 2017, estava registrada contabilmente conforme demonstrado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios Findos em	
	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de Investimentos Consolidado	5.397	1.881
BB Previd RF IRF-M 1	2.054	1.278
BB Previd RF IMA-B 5	924	603
BB Previd Perfil	2.054	-
BB Previd Fluxo	2	-
BB Previd Ações	119	-
BB Previd Multimercado	244	-
Fundos de Investimentos PB	4.573	996
BB Previd RF IRF-M 1	1.644	393
BB Previd RF IMA-B 5	924	603
BB Previd Perfil	1.643	-
BB Previd Ações	119	-
BB Previd Multimercado	244	-
Fundos de Investimentos PGA	823	886
BB Previd RF IRF-M 1	411	886
BB Previd Perfil	411	-
BB Previd Fluxo	2	-

Obs: PB (Plano de Benefícios) e PGA (Plano de Gestão Administrativa)

Os investimentos estavam lastreados, exclusivamente, em cotas de fundos de investimentos, do Banco do Brasil, classificados no segmento de renda fixa e renda variável, e o montante em 2018 era de R\$ 5.397 mil contra R\$1.881 mil em 2017.

A variação relevante ocorrida entre os exercícios, refere-se principalmente ao estágio inicial em que se encontra a Entidade e também, em relação as contribuições efetuadas para o plano previdencial que iniciaram em fevereiro

de 2017. Tais variações estão representadas no quadro acima como Fundo de Investimentos PB.

Para a precificação dos ativos financeiros, a SCPREV adotou a marcação a mercado, seguindo os procedimentos acordados pelos gestores dos fundos de investimento conforme demonstrado no quadro acima. A metodologia utilizada pela instituição financeira está detalhada no seu Manual de Precificação de Ativos e foi disponibilizada à Entidade. Este Manual está baseado no código de Auto Regulação para Fundos de Investimentos e nas diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA.

DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE GESTÃO

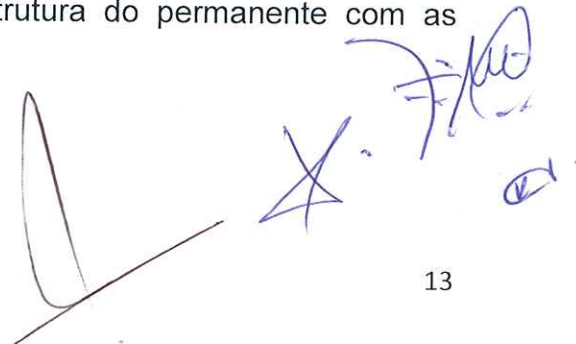
Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	R\$ mil			
			Saldo 31/12/2018	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/2017
Fundos de Investimentos						
Fundo Aberto		5.397	5.397		1.881	1.881
Sub Total		5.397	5.397		1.881	1.881
Total		5.397	5.397		1.881	1.881

A carteira de investimentos refere-se:

- I – Plano de Gestão Administrativa – PGA, proveniente do aporte de recursos do Estado de Santa Catarina, da taxa de administração do PLANO SCPREV; e
- II – PLANO SCPREV, contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes do PLANO SCPREV.

6. PERMANENTE

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade, demonstrados ao custo de aquisição, subtraída a depreciação e/ou amortização acumulada, calculado pelo método linear. A seguir a estrutura do permanente com as devidas taxas:



Valores em R\$ mil

Permanente	Tx. anual deprec amortiz	2018			2017
		Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ativo Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	8	1	7	2
Computadores e periféricos	10%	3	1	2	3
Equipamentos de refrigeração	10%	6	1	5	5
Total ativo Imobilizado		17	3	14	10
Ativo Intangível					
Software	20%	161	33	128	114
Total ativo Intangível		161	33	128	114
TOTAL ATIVO PERMANENTE		178	36	142	124

De acordo com a Instrução SPC nº 34 de 2009, a Entidade deve constituir Fundo Administrativo de, no mínimo, valor correspondente do Ativo Permanente. Por esse motivo o saldo do Fundo Administrativo é próximo ao valor do Permanente.

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão de Investimentos, e registra as obrigações decorrentes das operações da Entidade.

7.1 Gestão Previdencial – estão registrados os compromissos a pagar referentes ao pagamento de impostos retidos dos benefícios pagos, contribuições recebidas a maior e repasses a seguradora referente aos benefícios de risco, conforme descrito no quadro abaixo:

R\$ mil Descrição	Valores em R\$ mil Exercícios Findos em	
	31/12/2018	31/12/2017
a) Retenções a Recolher	16	-
b) Outras Exigibilidades	47	-
Adiantamento de Contribuição	2	-
Contribuição para Custeio	2	-
Repasso Seguradora	43	-
Total	63	-

a) Retenções a Recolher: na rubrica retenções a recolher está registrado o imposto de renda retido na fonte de pecúlio pago ao participante.

b) Outras Exigibilidades:

I – Adiantamento de Contribuição: refere-se a contribuições pagas a maior pelos patrocinadores que serão abatidas das contribuições seguintes.

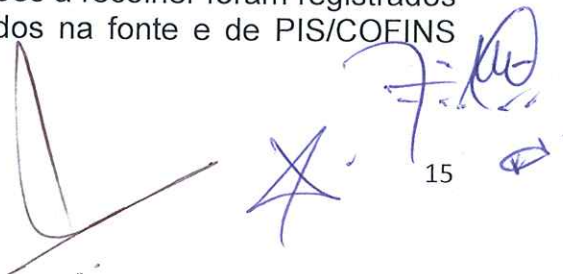
II – Contribuição para Custeio: refere-se a taxa de administração a ser repassada para o plano de gestão administrativa.

II – Repasse Icatu Seguros S/A: refere-se ao valor arrecadado para a contribuição de risco a ser repassado para a seguradora.

7.2 - Gestão Administrativa – PGA estão registrados os compromissos a pagar, pertinentes a administração do respectivo Plano e também o adiantamento de contribuições futuras realizadas pelo patrocinador, conforme descrito no quadro abaixo:

R\$ mil Descrição	Valores em R\$mil Exercícios Findos em	
	31/12/2018	31/12/2017
a) Pessoal e Encargos	121	38
b) Fornecedores	14	9
c) Retenções a Recolher	43	42
d) Outras Exigibilidades	644	792
Empréstimos a Pagar - Patrocinador	7.148	4.623
(-) Apropr. Contribuições - Patrocinador	(6.536)	(3.854)
Creditos em garantia	23	23
Valores a repassar para o Plano	9	-
Total	822	881

- a) Pessoal e Encargos: na rubrica pessoal e encargos foram registrados os valores referentes ao provisionamento de encargos sociais e provisões de férias equivalentes a R\$ 121 mil.
- b) Fornecedores: na rubrica fornecedores foram registrados os provisionamentos das notas fiscais de serviços referentes ao período no valor de R\$ 14 mil.
- c) Retenções a Recolher: na rubrica retenções a recolher foram registrados os valores referentes aos impostos retidos na fonte e de PIS/COFINS equivalentes a R\$ 43 mil.



15

d) Outras Exigibilidades:

I – Adiantamento de Contribuição – Patrocinador: Com o objetivo de propiciar o início das operações da SCPREV, o art. 29 da Lei 661/2015 autorizou, no ato da criação dessa entidade, o Estado de Santa Catarina a aportar recursos financeiros a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial da Fundação, *litteris*:

“Art. 29. Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, o Estado aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinados à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras”.

Destaca-se que esse adiantamento de contribuições, previsto na Lei 661/2015, detém caráter de obrigação legal (passivo) para a SCPREV, não sendo possível o seu registro como Dotação Inicial, sendo classificado como empréstimo a pagar ao patrocinador do PGA, pois o mesmo deve ser devolvido. Também não está classificado como Receitas Antecipadas, pois a antecipação é do Patrocinador e não do Plano de Benefícios, sendo que o Plano não possui o registro na conta do Realizável Custeio Administrativo Antecipado.

“§ 1º A compensação dos recursos referidos no caput deste artigo será disciplinada por ato do Chefe do Poder Executivo e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.”

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 202, § 3º, há vedação de aporte de recursos da União à entidade de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

Em atendimento ao art. 29 da Lei 661/2015, durante o exercício de 2018 foram realizados aportes no valor total de R\$ 2,525 milhões.

II – Apropriação de Contribuições – Patrocinador: a Conta retificadora do passivo operacional representa os valores que são utilizados da rubrica adiantamento de contribuição, apropriados na competência, como fonte de custeio administrativo para cobertura das despesas administrativas mensais, demonstrando o resultado deficitário do PGA, durante o período de captação de novos participantes. O saldo em 31/12/2018 de Apropriação das Contribuições é de R\$ 6,536 milhões.

Descrição	Saldo	Apropriações	Saldo
	31/12/2017	2018	31/12/2018
APROPR. DE CONTRIBUIÇÕES - PATROCINADOR	3.854	2.682	6.536

Os valores dessa rubrica são reconhecidos mensalmente no resultado do PGA, como necessidades de Receitas para cobrir o Fluxo administrativo até a data do seu equilíbrio, e são registrados na conta 4.1.9 Outras receitas, para não afetarem a regra de consistência, a qual determina que "a soma da movimentação a débito e a crédito das contas 3.4.2 + 4.1.1.1 tem que ser igual à zero".

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

No Plano PLANO SCPREV, o Patrimônio Social é composto pelo Patrimônio de Cobertura do Plano (Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico) acrescido do Fundo Previdencial e Fundo Administrativo.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Patrimônio Social do Plano administrado pela SCPREV em 31/12/2018.

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	31/12/2018	31/12/2017
PATRIMÔNIO SOCIAL		
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	4.519	984
Provisões Matemáticas	4.511	962
Benefícios a Conceder	4.511	962
Contribuição Definida	3.901	867
Benefício Definido	610	95
Equilíbrio técnico	8	22
Superávit Técnico Acumulado	8	22
FUNDOS	150	132
Fundo Administrativo	150	132
Plano de Gestão Administrativa	150	132
TOTAL PATRIMÔNIO SOCIAL	4.669	1.116

O PLANO SCPREV teve seu início de funcionamento em fevereiro de 2017, finalizando aquele ano com 78 participantes. Já em dezembro de 2018 o Plano contava com 270 participantes, ou seja, um aumento de 246%.

8.1 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Provisões Matemáticas

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

Contribuições Definidas: Modalidade de plano, cujos valores dos benefícios programados será com base no saldo de conta acumulado do participante, sendo as contribuições definidas pelo participante e pelo patrocinador de acordo com o regulamento do plano, ou seja, o valor da contribuição é acertado no ato da contratação do plano e o montante que será recebido varia em função desta quantia, considerando o tempo de contribuição e a rentabilidade auferida.

Benefício Definido: corresponde ao valor presente dos benefícios futuros dos participantes, deduzidos das contribuições ainda a serem vertidas ao PLANO SCPREV. O Benefício Definido refere-se ao resultado dos cálculos atuariais efetuados por atuário habilitado.

Equilíbrio Técnico

Situação apurada ao final de um período contábil em que o valor dos bens e direitos é igual ao das obrigações.

EQUILÍBRIO TÉCNICO ATUARIAL. Expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um Plano de Benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

8.2 FUNDO ADMINISTRATIVO

Fundo Administrativo: o saldo do Fundo Administrativo deve corresponder, no mínimo, ao Ativo Permanente, conforme determina da Instrução SPC nº 34/2009, e não poderá ser utilizado para a cobertura das despesas administrativas em função da obrigatoriedade de permanência de saldo mínimo equivalente ao registrado no ativo permanente.

O Fundo Administrativo, sendo a parcela pertinente ao PLANO SCPREV, registra em seus respectivos demonstrativos contábeis, sob a rubrica "Participação no Fundo Administrativo PGA" o valor de R\$ 150 mil. Sendo o

mesmo eliminado no processo de consolidação conforme exigência da referida Instrução.

9. REGRA DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento ao item 30 letra "I" da Instrução SPC nº 34/2009. No processo de consolidação das demonstrações contábeis da SCPREV foram realizadas as seguintes eliminações no balancete auxiliar no exercício de 2018:

R\$ mil Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	PASSIVO		PASSIVO	
	Particip. no PGA	Particip. Fdo Adm	Particip. no PGA	Particip. Fdo Adm
PLANO SCPREV	150	(150)	132	(132)
ELIMINAÇÃO	(150)	150	(132)	132
CONSOLIDADO	0	0	0	0

10. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas são custeadas por meio de Taxa de Administração igual a 0,7% ao ano, incidente sobre os recursos investidos provenientes das contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores.

Desta forma, temos para 31/12/2018 o total de R\$ 2,682 milhões como cobertura das despesas administrativas.

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Administrativas	2.715	2.551
Custeio gestão previdencial	-	1
Custeio dos investimentos	15	2
Receitas diretas	14	3
Outras Receitas	2.686	2.545
Fluxo dos Investimentos	(33)	44
Fonte de Recursos Adm.	2.682	2.595

No que tange aos indicadores de Gestão Administrativa e aos limites para custeio administrativo das EFPC, determinados no art. 6º da Resolução CGPC nº 29/2009 constituídas no âmbito da Lei Complementar nº 108/2001, especificamente as de patrocínio público, destaca-se que a SCPREV por estar

em funcionamento por um período inferior a 5 anos, possui o prazo de 60 meses para o enquadramento aos limites estabelecidos.

11. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre o somatório das receitas administrativas da Entidade e o resultado das aplicações do Fundo Administrativo, conforme Instrução Normativa SRF nº 1.285 de 13/08/2012.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29/12/2004.

A Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar é calculada com base nos recursos garantidores de cada plano de benefício administrado pela Entidade e o seu recolhimento a PREVIC é quadrimestral de acordo com a Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 10/10/2012.



CÉLIO PERES
Diretor-Presidente
CPF: 654.645.759-87



JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91



KAREN TRESSINO
Diretora de Seguridade
CPF: 954.639.920-53



CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15



ALFEU LUIZ ABREU
Diretor de Administração
CPF: 305.567.759-53